



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS**  
**URFBio Sul - Supervisão**

Decisão IEF/URFBIO SUL - SUPERVISÃO nº. 255/2023

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2023.

**ATO DE ARQUIVAMENTO**  
**ANULAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL**

**Indexado ao Processo:** 2100.01.0031133/2022-20

**Requerente:** MAJOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

**CPF/CNPJ:** 42.317.070/0001-18

**Imóvel da intervenção:** Fazenda Morada da Marcela

**Município:** São Sebastião da Bela Vista/MG

**Objeto:** Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo.

**Bioma:** Mata Atlântica

O Supervisor da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Sul do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020 c/c art. 64 da Lei Estadual nº 14.184/02:

Considerando a formalização de processo de intervenção ambiental pelo empreendedor, onde em seu requerimento, doc. SEI n. 49649688, item 5, não verificou o critério locacional de enquadramento e, ainda, classificou o empreendimento de forma equivocada, o definindo como sendo a modalidade de Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS;

Considerando a emissão da Autorização para Intervenção Ambiental emitida pelo IEF (doc. SEI n. 65100854);

Considerando que se tratar de empreendimento destinado a Distrito industrial e zona estritamente industrial, comercial ou logística, código E-04-02-2, com porte de 42,8805ha, considerado assim de porte Médio, em que o potencial poluidor degradador geral também é Médio:

**E-04-02-2 Distrito industrial e zona estritamente industrial, comercial ou logística**

Potencial Poluidor/ Degradador:

Ar: M Água: M Solo: M **Geral: M**

Porte:

Área Total < 25 ha : Pequeno

25 ha ≤ Área Total ≤ 100 ha : **Médio**

Área Total > 100 ha : Grande

Considerando, desta forma, o empreendimento se classificar com sendo 3 e, a existência do critério locacional "1" o determina como sendo passível de Licenciamento Ambiental Convencional, pela Matriz de fixação da modalidade de licenciamento:

		Potencial poluidor/degradador geral da atividade		
		P	M	G
Porte do Empreendimento	P	1	2	4
	M	1	3	5
	G	1	4	6

		CLASSE POR PORTE E POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR					
		1	2	3	4	5	6
CRITÉRIOS LOCACIONAIS DE ENQUADRAMENTO	0	LAS - Cadastro	LAS - Cadastro	LAS - RAS	LAC1	LAC2	LAC2
	1	LAS - Cadastro	LAS - RAS	<b>LAC1</b>	LAC2	LAC2	LAT
	2	LAS - RAS	LAC1	LAC2	LAC2	LAT	LAT

Considerando que o Decreto nº 47.383/18, ao estabelecer normas para licenciamento ambiental, determinou à competência da Semad para a decisão das intervenções ambientais vinculadas ao licenciamento ambiental convencional:

“Art. 6º – Os requerimentos para intervenção ambiental, quando vinculados aos processos de licenciamento ambiental, serão analisados e decididos pela Semad, nos casos previstos nos arts. 3º e 4º; cabendo ao Copam decidir sobre as hipóteses previstas nos arts. 5º e 24.”

Considerando assim, que o IEF não tem competência para emitir a Autorização para Intervenção Ambiental ora emitida;

Considerando o dever de anular o ato administrativo em conformidade com o art. 64 c/c art. 65 da Lei Estadual nº 14.184/02:

“Art. 64 A Administração deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 65 O dever da administração de anular ato de que decorram efeitos favoráveis para o destinatário decai em cinco anos contados da data em que foi praticado, salvo comprovada má-fé.”

Súmula 473:

“A ADMINISTRAÇÃO PODE ANULAR SEUS PRÓPRIOS ATOS, QUANDO EIVADOS DE VÍCIOS QUE OS TORNAM ILEGAIS, PORQUE DELES NÃO SE ORIGINAM DIREITOS; OU REVOGÁ-LOS, POR MOTIVO DE CONVENIÊNCIA OU OPORTUNIDADE, RESPEITADOS OS DIREITOS

ADQUIRIDOS, E RESSALVADA, EM TODOS OS CASOS, A APRECIACÃO JUDICIAL.”

Considerando, ainda, que a “Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente” (Lei n.º 14.184, de 31.01.2002).

Determino a **ANULAÇÃO** da Autorização para Intervenção Ambiental emitida pelo IEF (doc. SEI n. 65100854), **ARQUIVANDO** o pedido de intervenção ambiental em espeque, haja vista incompetência do IEF para a decisão, **onde o interessado deverá buscar o processo de licenciamento ambiental convencional**.

Publique-se, officie-se e archive-se.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Ramiro de Siqueira**, Supervisor, em 16/08/2023, às 08:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **71533751** e o código CRC **BDC63317**.

Referência: Processo nº 2100.01.0031133/2022-20

SEI nº 71533751